

AGUIAR, Cardoso de

* militar; min. Guerra 1918-1919.

Alberto Cardoso de Aguiar nasceu na antiga província do Rio de Janeiro no dia 19 de janeiro de 1864.

Assentou praça no Exército em 21 de fevereiro de 1880. Posteriormente ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, tornando-se alferes-aluno em 19 de janeiro de 1889. Ao concluir o curso, formou-se em engenharia e em matemática e ciências físicas e naturais. Em 4 de janeiro de 1890 foi promovido a segundo-tenente. Os serviços prestados à nascente República valeram-lhe a promoção a primeiro-tenente em 7 do mesmo mês. Em 23 de julho de 1894 foi promovido a capitão e em 8 de agosto de 1895 foi efetivado nessa patente. Nos anos seguintes, colaborou com o então coronel Feliciano Mendes de Moraes em um trabalho que condensava a experiência passada e apresentava novas orientações para a realização da ação cartográfica de delimitação territorial do Brasil. Assinado em 9 de abril de 1900, o projeto não chegou contudo a ser executado.

Foi promovido a major em 1º de março de 1905, a tenente-coronel em 11 de maio de 1911, a coronel em 27 de outubro de 1914, a coronel efetivo em 20 de janeiro de 1915 e a general de brigada em 12 de janeiro de 1918. Em março desse ano, Francisco de Paula Rodrigues Alves foi eleito pela segunda vez presidente da República. Contudo, por ter contraído a gripe espanhola, não pôde tomar posse. Em seu lugar assumiu interinamente, em 15 de novembro, o vice-presidente Delfim Moreira. Na mesma data, o general Cardoso de Aguiar tomou posse como ministro da Guerra, sucedendo ao general Caetano de Faria.

Durante sua gestão foi organizada a artilharia de campanha, foi restabelecida a denominação de Secretaria de Estado de Guerra para a então chamada Diretoria de Expediente da Guerra, e, especialmente, foram dados passos importantes no processo de reorganização do Exército e de modernização do ensino militar. Sua ida para o ministério foi fundamental para que se avançasse na organização da aviação militar brasileira. No dia 21 de novembro de 1918, portanto poucos dias após sua posse, expediu o aviso nº 1.463,

pelo qual subordinava o Serviço de Aviação Militar à Repartição do Estado-Maior do Exército, competindo a esta a missão de organizar, “com urgência”, a nascente atividade, assim como preparar o regulamento da Escola de Aviação, cujo material já havia chegado da Europa.

Dando prosseguimento a tais iniciativas, em 15 de janeiro de 1919, pelo Decreto nº 13.417, o governo abriu um crédito de dois mil contos de réis que permitiu que o Serviço de Aviação Militar fosse provido de infraestrutura com a aquisição de aviões e outros materiais necessários e com a construção das instalações da Escola. A verba permitiu também a contratação de professores e operários para a manutenção, e a elaboração de um regulamento para o novo estabelecimento de ensino. Finalmente, foi criado o Curso de Aviação Militar pelo Decreto nº 13.451, de 29 de janeiro de 1919, e no dia 10 de julho seguinte foi oficialmente inaugurada a Escola de Aviação Militar. Coube à Missão Militar Francesa, contratada pelo governo, a execução das tarefas estruturais, assim como a direção técnica da Escola.

A ideia de convidar uma Missão Francesa a fim de modernizar a instrução das tropas brasileiras partira da articulação feita pelo próprio general Cardoso de Aguiar com os representantes brasileiros que estavam em Paris para as negociações do Tratado de Versalhes, acordo de paz que seria assinado em 28 de junho de 1919 pelas potências europeias encerrando oficialmente a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Legalmente, apenas em 7 de janeiro de 1919, através da Lei nº 3.674, que fixava as despesas da República para aquele ano, o governo foi autorizado a contratar uma missão de militares estrangeiros com o objetivo de prover a instrução do Exército. Em 28 de maio do mesmo ano, através do Decreto nº 3.741, foi permitida a contratação de tal missão junto à França. Contudo, o texto do aviso que subordinava o serviço de Aviação Militar ao Estado-Maior do Exército, expedido por Cardoso de Aguiar somente dez dias depois da assinatura, em Compiègne, França, do armistício que pôs fim à Primeira Guerra Mundial, em novembro de 1918, já mencionava que a direção técnica da Escola de Aviação caberia aos franceses. Mas a reforma da educação militar não ficou restrita às questões específicas da aviação

militar. Desde o período em que acontecia o conflito mundial, o alto comando do Exército brasileiro já demonstrava preocupação com o problema da atualização do ensino militar de uma forma mais ampla. Era tida como fundamental a equiparação da instrução da Escola Militar do Realengo aos parâmetros adotados pelos países desenvolvidos da Europa. Com esse objetivo, o ministro Cardoso de Aguiar abriu um processo de seleção para o quadro de instrutores da escola. O grupo de aprovados ficou conhecido pelo nome de “A Missão Indígena”, por ser composto por instrutores de nacionalidade brasileira que, apesar de terem como base de sustentação ideológica o aprendizado do Exército alemão, que até então predominava como influência sobre o Exército nacional, eram partidários do estabelecimento de uma cultura militar própria do Brasil. Em 1919, esses homens assumiram toda a estrutura de ensino militar do Exército e ajudaram na construção da nova cultura institucional.

Em complemento à melhoria do processo inicial de formação dos oficiais, também através do Decreto nº 13.451, que originou o Curso de Aviação Militar, foi criada a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), cujo objetivo era promover a constante atualização do quadro de oficiais intermediários do Exército (capitães e majores) e, através deles, disseminar entre as tropas os modernos ensinamentos militares, já tendo como base a influência da França. Com a mesma meta de manter constante aperfeiçoamento dos oficiais durante toda a sua carreira, assim como era feito nos exércitos europeus, a 30 de abril de 1919, por meio do Decreto nº 13.574, foi aprovado um novo regulamento para a Escola Militar. O documento estabelecia que, nos estabelecimentos de ensino militar, deveriam ser ministrados somente conhecimentos necessários ao desempenho das funções de oficial de tropa, até o posto de capitão.

Com o falecimento de Rodrigues Alves, ocorrido a 16 de janeiro de 1919, realizaram-se novas eleições para a presidência da República. O vitorioso, Epitácio Pessoa, iniciou seu governo em julho do mesmo ano, sendo o Ministério da Guerra entregue a Pandiá Calógeras no dia 28 daquele mês. Apesar de ter sido contratada ainda durante a gestão de Cardoso de Aguiar no Ministério da Guerra, a Missão Francesa só chegaria ao Brasil em

1920, depois, portanto, de ele ter deixado a pasta. A atuação da Missão Francesa se limitaria às questões específicas da educação militar. O objetivo maior era a reestruturação do Exército brasileiro, e nessa direção foram executadas as suas ações. Ao fim, ela promoveu a tão sonhada modernização, providenciando o reaparelhamento material dos corpos de tropa, a renovação dos programas de ensino militar de uma forma ampla, e a elaboração de novos regulamentos para o Exército.

Também em 1920, quando ocupava o comando da 5ª Região Militar, sediada em Salvador, o general Cardoso de Aguiar teve participação decisiva no desfecho do episódio denominado “Revolução Sertaneja”. Naquele ano, a segunda eleição de José Joaquim Seabra para o governo da Bahia gerou uma reação imediata dos aliados do candidato derrotado, Paulo Martins Fontes. A oposição elaborou um plano que consistia em, a partir do sertão, contestar a eleição de J. J. Seabra e provocar um levante armado, que forçaria uma intervenção federal, o que, por fim, impediria a posse do eleito e forçaria a realização de novas eleições, agora com um Seabra desmoralizado. Dando prosseguimento ao plano, o “coronel” Horácio de Matos ocupou a cidade de Lençóis, então a segunda cidade mais importante da Bahia, com o objetivo de fazer dali um ponto de apoio para invadir Salvador. Em 17 de fevereiro, o governador baiano Antônio Muniz Sodré de Aragão solicitou a intervenção federal, exatamente como planejara a oposição. Contudo, ao contrário do esperado, a ação do governo da União garantiu a posse de J. J. Seabra. Para evitar a marcha dos opositores a Salvador, foi firmado um pacto de paz com os coronéis locais. O acordo, negociado e assinado pelo general Cardoso de Aguiar e Horácio de Matos, recebeu o nome de “Convênio de Lençóis”, em referência à cidade em que foi ratificado.

Cardoso de Aguiar foi também comandante da 6ª Região Militar, que abrangia os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Pernambuco, entre 22 de agosto de 1921 e 22 de fevereiro de 1922. Em 6 de setembro desse último ano reformou-se.

Faleceu em Niterói em 19 de julho de 1935.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Fontes:

Diário Oficial da União (8/1/1909, Seção I, p. 345); *Diário Oficial da União* (18/1/1909, Seção I, p. 1019); *Diário Oficial da União* (31/1/1909, Seção I, p. 1585); *Diário Oficial da União* (3/5/1909, Seção I, p. 5978, 7365); CASTRO, C. *Espírito*; *Encic. Mirador* (v. 9, p. 4789); EVANGELISTA, H. Serviço; LAGO, L.O *Estado-Maior* (p.69); LOPES, T.; TORRES, G. *Ministros*; MALAN, A. *Missão*; MARTINS, M. *Horácio*; MARTINS, M. *Quem*; MIN. DEFESA. *EsAO*; RODRIGUES, F. *Renovação*; SALES, M. *Modernização*; SAMPAIO, C. *Partidos*; SAYÃO, R. *Instrução*; 7.^a Região Militar e 7.^a Divisão do Exército. “Galeria de Ex-comandantes”. Disponível em: <<http://www.7rm7de.eb.mil.br/institucional/galeria.php?obs=0>>. Acesso em: 28/4/2011; VEIRA, A. *Enciclopédia* (p.233)